

**Turismo e Sustentabilidade em Territórios de
Assentamentos Rurais da Reforma Agrária**

Luiz Carlos Spiller Pena¹

Iara Lucia Gomes Brasileiro²

Ana Rosa Domingues do Santos³

Resumo

O conceito de Turismo Rural possui uma abrangência que tem levado a produção científica a circunscrever diferentes aspectos para sua reflexão. Na perspectiva contemporânea de entendimento da atividade como não massificada, que agrega formas de saber e viver no meio rural, os estudos em torno da temática destacam inúmeras novas relações que o turismo no meio rural pode auxiliar a construir. Uma delas, com os assentamentos rurais da Reforma Agrária, coloca em foco o turismo em um sentido diferente daquele clássico, de propiciar aos habitantes das cidades opções de lazer e recreação como alternativa de fuga às mazelas da vida urbana, e, mais que isso, como forma de construção de laços e vínculos que possuem uma dimensão existencial para quem o pratica e o produz. Tal relação no contexto dos assentamentos rurais requer uma associação com a dimensão do conflito pela terra, que perpassa a sua realidade. Dessa forma, o turismo pode se constituir em uma maneira de auxiliar na construção de um meio rural mais justo e democrático, ao passo que sua prática, “despercebida”, possibilita a mudança histórica que se almeja aos conflitos existentes no meio rural brasileiro.

Palavras-chave: assentamentos. reforma agrária. sustentabilidade. turismo rural.

Introdução

O território rural brasileiro destaca-se como objeto e *locus* de conflitos físicos, econômicos e simbólicos ao longo de séculos. Tais embates podem ser expressos como

¹ Doutor, Pesquisador, Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília, spilena@unb.br

² Doutora, Professora Titular, Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília, ibrasileiro@unb.br

³ Mestre, Professora Visitante, Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília, arsantos@unb.br

resultados das relações que os homens estabeleceram entre eles e destes com a natureza, principal base de recursos para sua sobrevivência.

Com a especialização crescente nas formas de exploração das áreas naturais, ou agriculturáveis, em especial a partir do processo de industrialização na segunda metade do século XX, a distribuição demográfica na ocupação dos territórios urbanos e rurais inverteu sua concentração em pouco mais de três décadas. Com a concentração urbana e a exploração intensiva do solo nos territórios rurais, a relação entre a sociedade e o meio ambiente renunciou outro tipo de conflito, mais abrangente, que ganhou o cenário mundial com o questionamento do modo de vida imposto pelas relações capitalistas de produção no campo e nas cidades.

Nesse mesmo período o turismo ganhou força como prática das sociedades ditas urbanas, para as quais o meio natural, do litoral ao interior, passou a igualmente representar objeto de apropriação e fruição para o lazer e a recreação.

Note-se que à revelia da expansão do turismo – e, em determinados casos, até causados por ela - permaneceram os conflitos no e do meio rural brasileiro, demonstrando sua dimensão histórica e como lugar onde ainda ocorrem brutalidades contra grupos étnicos e camponeses, como o assassinato de lideranças que defendem os direitos dos marginalizados e expropriados da terra. Do mesmo modo, continuam acontecendo barbaridades em relação aos meios físico e biológico que compõem os territórios onde se luta pelas dimensões da preservação e conservação incorporadas aos processos de desenvolvimento, em oposição e enfrentamento aos interesses mais especulativos da terra ou daquilo que produz. A resistência e persistência dos marginalizados/expropriados continuam presentes no quadro produtivo do meio rural no país (Bergamasco & Carmo, 1991, p. 67). Entre esses *locus* de resistência surgiu a realidade dos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

Os acontecimentos subjacentes ao rural brasileiro permitem que se crie uma leitura ou uma história sobre usos e abusos no campo, cuja característica de permanência influencia os debates em torno da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural como temas atuais e de urgência para integrarem, com prioridade, a agenda internacional e dos Estados, como elementos estruturantes nas opções do desenvolvimento nacional.

No contexto do desenvolvimento rural e no que envolve a realidade dos assentamentos de Reforma Agrária, discute-se as alternativas de produção não-agrícolas como importantes fatores agregadores de renda para a agricultura familiar. Entre tais possibilidades o turismo

rural, uma prática considerada por alguns críticos como elitista, de acesso apenas para camadas mais altas da população brasileira, tanto na oferta quanto na demanda, que passou a ser vislumbrado como uma dessas alternativas.

Em 2006, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, apesar de não aprofundar a discussão, apontou o turismo como uma alternativa econômica de vinculação entre o acesso à terra e a redução da pobreza, como prática capaz de melhorar a condição de vida das populações rurais, fixando-as no campo e valorizando seus saberes e fazeres tradicionais

Por outro lado, novas formas de se praticar o turismo tem sido objeto de estudos que definem sua contemporaneidade baseada, como destaca Zaoual (2008, p. 2), no declínio do turismo de massa e nas novas tendências da demanda turística que abrem oportunidades como, por exemplo, o “turismo de proximidade” no qual a população urbana pode passar os fins-de-semana nas áreas rurais não muito distantes.

No cenário rural brasileiro recente, em especial frente às dificuldades vividas nos assentamentos rurais, o setor da agricultura familiar passou a incluir um conjunto de outras categorias sociais como a dos assentados. Uma amplitude, segundo Schneider (2001, p. 100), que permitiu um alargamento do conceito de agricultura familiar entendido no contexto de uma re colocação dos estudos agrários e rurais como foco do interesse de diversos pesquisadores, não apenas no Brasil e não somente no âmbito da agricultura e da produção agrícola, mas de um rural *lato sensu*, que ampliou a categoria dos produtores familiares, bem como das atividades produtivas, e que conferiu ao espaço rural significativas mudanças que variam segundo regiões.

Na direção dessas mudanças também caminhou a formulação de políticas públicas, especialmente criando mecanismos institucionais que pudessem facilitar o alcance ou amplitude das opções de produção no campo⁴.

Froehlich (2000, p. 191) relativizou tal possibilidade de mudança ao afirmar que frente à desigualdade encontrada no campo uma maioria da população rural dificilmente possui padrões de emprego, renda e acesso a programas de financiamento que permitam investir na implantação do turismo em espaço rural, geralmente restrito aos setores da agropecuária patronal. Segundo o autor, naturalmente amparado em uma determinada forma mais

⁴ Exemplo dessa facilitação pode ser vista na ampliação das opções de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF.

tradicional de compreender o turismo rural, a desconcentração de renda e a diminuição das desigualdades sociais são muito mais garantidas pela participação na venda de artesanatos, nos trabalhos sazonais ou na pequena comercialização de produtos caseiros. Cabe destacar ainda que a inserção desses atores como empreendedores no contexto da atividade turística, quando ocorre, surge geralmente de forma espontânea e não planejada. Além disso, há uma carência na qualidade da execução dos serviços, que reduz a chance por uma participação mais eficiente e eficaz no retorno possibilitado em termos do aumento da renda familiar.

Diante de tais limitações, poderia haver alguma associação entre a prática do turismo e os assentamentos rurais da Reforma Agrária? Essa prática reproduziria ofertas adequadas para atender às demandas de um público consumidor em geral proveniente das classes médias e altas do meio urbano? Nesse caso, haveria o risco de tornar a dimensão existencial do assentamento rural apenas em objeto de fruição para um “turismo convencional” nesse meio? Ou poderiam existir outras práticas de turismo rural em assentamentos?

O objetivo desse artigo é refletir sobre a relação entre os assentamentos rurais da Reforma Agrária e a agricultura familiar no contexto do Turismo Rural. A reflexão parte de uma re colocação da relação do turismo com o meio rural a partir da realidade de grupos minoritários tanto no consumo quanto na produção da atividade turística.

Para tanto, baseia-se em pesquisas de um dos autores,⁵ onde foi possível verificar um fluxo diferenciado de visitantes em assentamentos rurais da Reforma Agrária no estado de São Paulo, bem como em outros trabalhos sobre as relações que podem existir entre os assentamentos rurais da Reforma Agrária e o Turismo.

A reflexão se constrói sobre dados empíricos provenientes dessas realidades, porém, com a clara percepção de que entre os assentados existe a prática receptiva de visitantes, e que esta não está necessariamente relacionada com a prática do turismo convencional, tanto no que diz respeito à motivação quanto aos seus padrões de consumo.

É importante destacar que entre os assentamentos trazidos neste trabalho, dois guardam entre si similitudes que os elegeram como foco de análise e reflexão: o de Promissão e o de Itapeva, no estado de São Paulo. Ambos possuem mais de 15 anos de existência e, por “permanecerem”, considerando-se o argumento histórico do conflito em torno da terra,

⁵ Em um primeiro momento, com o Projeto de Extensão denominado Memória, Meio Ambiente e Cidadania: uma proposta de turismo social, executado entre os anos de 2002 e 2004, no âmbito do curso de bacharelado em turismo da Universidade Metodista de Piracicaba, campus de Lins-SP. Posteriormente, na fase de trabalho de campo quando do desenvolvimento de sua tese de doutoramento.

toraram-se referências que impulsionam a visitação por parte de agricultores familiares residentes em outros assentamentos.

A dimensão histórica e política na questão da luta pela terra colocaram ambos os assentamentos em evidência como um verdadeiro “campo de provas” onde se tornaram comuns atividades de formação, tanto no que diz respeito às formas de associativismo quanto às formas alternativas de produção, em especial aquelas voltadas à difusão da agroecologia como meio de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

A agroecologia é evidenciada por diferentes pesquisadores e documentos oficiais como um dos temas centrais que devem ser refletidos em um contexto mais amplo, que permita considerar a variável ecológica e social como alternativa ao modo de produção conservador da agricultura. Tornou-se um princípio orientador de diversas ações por parte de movimentos sociais e organizações não governamentais, além de alguns setores do governo, e é considerada como saída para conciliar as variáveis do dispositivo constitucional quanto à obtenção de renda, à racionalidade no uso dos recursos naturais e a uma exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores rurais.

Contudo, as experiências da agroecologia em assentamentos rurais enfrentam as dificuldades de acesso aos subsídios para produção e às garantias de sua comercialização. Se por um lado existe o entendimento dos benefícios da mudança nas formas de produção alternativas à agricultura convencional, também há o receio de que a experiência da agroecologia não produza os resultados esperados em detrimento do foco principal se assentar sobre a produção e a renda. Ou seja, para o assentado se torna difícil preocupar-se com o meio ambiente se não consegue produzir e sustentar a si mesmo e a sua família.

Tanto o assentamento de Promissão quanto o de Itapeva recebem visitantes com uma motivação gerada pela expectativa do intercâmbio, da troca de conhecimentos e informação naquilo que desenvolveram ou procuram desenvolver como formas alternativas de produção ou de afirmação política. São as atividades organizadas pelos assentados do local e freqüentadas por aqueles, de fora, que também acabam por aprofundar a sua própria vivência de assentamento.

O meio rural brasileiro

A falta de políticas públicas mais equitativas no passado culminou na difusão e intensificação de processos assimétricos e socialmente desiguais de desenvolvimento

territorial, como o provocado pela modernização tecnológica da agricultura brasileira. Desigualdade que perdura ao preço da exclusão de um setor importante da produção, o da agricultura familiar, que, não obstante, vem resistindo mesmo sem a garantia de percentuais de financiamento maiores que os concedidos à agricultura patronal (Souza, 2002 p. 2) e de incentivos e políticas públicas, que a alijam das condições de infra-estrutura e de serviços necessários para evitar riscos e danos ao ser humano e ao meio ambiente, e promover a qualidade de vida de seus atores.

Entre as alternativas para a solução desse entrave, a construção da noção de uma função socioambiental para o uso do território, com uma menor dependência de insumos externos (da grande agricultura) e maior conservação dos recursos naturais, se destaca nos documentos de política de Reforma Agrária e nas discussões de âmbito nacional e internacional.

Em um dos principais encontros realizados em torno dessa temática, o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária realizado na Espanha em 2004, se avançou sobre essa questão, na medida em que foram trazidas à arena do debate as relações entre as lutas sociais pela terra e aquelas pela proteção dos recursos naturais. Nesse sentido, vislumbrou-se a possibilidade de que a Reforma Agrária seja um vetor de preservação ambiental, aliando a minimização de impactos ao meio com a redução do conflito social pela posse e uso da terra. O documento final desse encontro foi centrado no antagonismo entre dois modelos de produção agrária - o de agroexportador e de larga escala e o de produção de base local -, e na crítica ao papel dos Estados Nacionais que acabam como reféns do regime de livre comércio dominante, imposto pela Organização Mundial do Comércio.

Um deles é o modelo agroexportador, baseado *en la lógica neo-liberal y el libre comercio, la privatización y la mercantilización de la tierra, el agua, los bosques, la pesca, las semillas, el conocimiento, y la vida* (Carta Maior, 2004, p. 28). Portanto, um modelo que procura o máximo de benefício econômico e que depende da concentração de terras e de seus recursos.

O outro modelo é baseado na *agricultura campesina y familiar y en la soberania alimentaria, al contrario, prioriza la producción local para los mercados locales y nacionales, rechaza el — dumping, y utiliza prácticas de producción basadas em el conocimiento local* (Carta Maior, 2004, p. 28).

A principal diferença entre os dois modelos está calcada no uso intensivo e danos incalculáveis ao meio ambiente, à saúde de produtores e consumidores. Por conseguinte, o modelo de produção de base local, ainda que não discorra sobre a tecnologia adotada para a produção, seria mais compatível com a preservação do meio ambiente, além de promover o desenvolvimento rural no sentido de promover a dignidade e a qualidade de vida aos produtores familiares. No que diz respeito a uma generalizada crítica aos Estados Nacionais o documento é contundente:

Las comunidades rurales, especialmente los pueblos indígenas y los grupos socialmente excluidos continúan estando sometidos a formas extremas de violencia física y económica por parte de actores estatales y no estatales como las corporaciones privadas y las elites terratenientes. Esta violencia ha aumentado hasta alcanzar niveles alarmantes pasando por la persecución política, represión, cárcel, asesinatos, masacres e incluso genocidios en el caso de algunos pueblos indígenas. [...] Algunos mega-proyectos como grandes embalses, proyectos de infraestructuras, industria de extracción y el turismo han desplazado a las poblaciones locales y han destruido el tejido social y la base de recursos de los que dependen sus vidas. (Carta Maior, 2004, p. 29)

Esse contexto generalizado aplica-se também à realidade brasileira. Frente à idealização de um rural sustentável, inclusive pela atividade turística, contrapõe-se a realidade contemporânea dos conflitos pela terra, ancorada na dificuldade de ações para fazer frente ao peso histórico de uma estrutura fundiária ainda concentrada, que perpetua desigualdades, exclusão dos meios de produção essenciais como o acesso à terra, além da degradação ambiental e cultural.

O Turismo Rural

A noção do turismo como fator de desenvolvimento, de criação de emprego e renda, de ferramenta de inclusão social e econômica é bastante difundida entre os pesquisadores da área. Este artigo corrobora com o argumento de que as atividades turísticas no meio rural, particularmente em assentamentos da Reforma Agrária, podem, sim, ser uma das alternativas de fixação do homem no campo, posto que geradoras de renda extra, além de serem potencialmente capazes de preservar e difundir o patrimônio cultural rural.

Graziano da Silva (1996) conceitua o “novo rural” brasileiro, incluindo nele atividades e serviços, diferentes das tradicionais funções do campo e que, somadas a elas, resultam em uma nova dinâmica ao meio rural. Uma dessas atividades é o turismo, em especial os segmentos do Turismo Rural, do Agroturismo e Turismo Ecológico, que permitem a

diversificação e a agregação de valor aos produtos ofertados pelo produtor rural, e possibilitam aos moradores das cidades “fugir das pressões urbanas”, reencontrar suas raízes, conviver com a natureza, com os modos de vida, as tradições, os costumes e com as formas de produção das populações do interior (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, p. 6). No entanto, tanto a iniciativa privada como os governos têm encontrado dificuldades em estabelecer ações efetivas para o pleno desenvolvimento do setor. Assim, tomando por base necessidade de se conceituar o Turismo Rural e estabelecer critérios, regulamentações, incentivos e outras informações que orientassem os produtores rurais, os investidores e, mesmo, os governos o Ministério do Turismo coordenou uma série de reuniões em que estiveram presentes esses diferentes atores, resultando nas *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural* como parte das ações previstas no Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Nesse documento são propostas diretrizes e estratégias para o ordenamento do Turismo Rural, *como atividade capaz de agregar valor a produtos e serviços no meio rural e contribuir para a conservação do meio ambiente e valorização da ruralidade brasileira* (id., p.7).

As principais motivações do turista que se desloca para áreas rurais podem ser definidas como a curiosidade ou nostalgia da atividade produtiva, da natureza ou do modo de vida diferente daquele vivenciado nos meios urbanos das cidades. Assim, considera-se o Turismo Rural como:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, p. 11).

Percebe-se, assim, que esse conceito se baseia na economia, nos recursos naturais e culturais do local.

Dentre os benefícios que podem vir dessas práticas, de acordo com as mesmas *Diretrizes*, para fins da presente reflexão podem ser citados: *a melhoria das condições de vida das famílias rurais; a geração de novas oportunidades de trabalho; a criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais; a valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; o resgate da auto-estima do campesino*. (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, p. 9-10). No Brasil a visitação a propriedades rurais começou a ser praticada com profissionalismo a partir da década de 1980, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na ocasião, o setor agropecuário passava por dificuldades e alguns proprietários resolveram receber turistas, como forma de contornar o

problema. Desde então, o segmento vem apresentando um crescimento paulatino, que, na maioria das vezes, ainda se dá de forma empírica e não planejada

Em todo o mundo tem-se confirmado o crescimento e a importância da atividade turística como alavanca socioeconômica. Os avanços tecnológicos, juntamente com as conquistas sociais de maior tempo livre, certamente permitiram e permitem o deslocamento de um número cada vez maior de pessoas. Não é diferente no que se refere à prática e à oferta do Turismo Rural. Contudo, é preciso ressaltar que para que o processo seja efetivamente sustentável, deve ser cuidadosamente planejado e aceito pela comunidade interessada em ofertar os serviços e produtos turísticos, integrando-os a outras atividades locais.

Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Muito se tem discutido sobre os problemas do modelo de desenvolvimento econômico adotado nas últimas décadas e a busca pela construção de novo(s) modelo(s) de desenvolvimento que sejam compatíveis com a capacidade do planeta em se *recuperar* a tempo, ou seja, que não lhe sejam esgotados os recursos naturais, constituintes das matérias-primas do próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, os pressupostos deste trabalho são os do desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele ecologicamente prudente, socialmente justo e economicamente viável. Acresça-se a essas dimensões, as questões políticas e culturais, de tal modo que se obtenham as ferramentas necessárias e essenciais para a construção participativa das ações que se queira operacionalizar.

Sobre essa base – a da sustentabilidade – o turismo pode vir a ser, sim, um instrumento de desenvolvimento local, regional e, até, nacional.

A Revista *Panorama Turismo Rural e Agricultura Familiar* (s/d), publicação conjunta dos Ministérios do Turismo (MTur) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) reúne alguns dos esforços realizados nos últimos anos em favor do desenvolvimento do campo brasileiro, promovendo ações que possibilitem a permanência do trabalhador rural em suas terras, garantindo-lhe subsistência e qualidade de vida.

Após extenso levantamento de práticas exemplares em Turismo Rural no Brasil, a Revista traz como destaque produtos turísticos com base na agricultura familiar identificados em 200 regiões turísticas definidas na ocasião (2º Salão do Turismo).

A aliança entre turismo e agricultura familiar propicia o resgate de culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica, do trabalho artesanal e da produção sustentável de alimentos e outros produtos. É uma união frutífera que, ao mesmo tempo, fortalece o turismo interno no País e gera renda, agregando valor às atividades agrícolas, artesanais e agroindustriais, colaborando com a preservação do patrimônio natural e cultural. Essa é uma fórmula para que o agricultor e a agricultora familiar possam perpetuar as heranças das gerações anteriores e ainda modernizar instalações, impulsionados por mais essa oportunidade de comercialização dos seus produtos (BRASIL, 2008)⁶.

Sendo assim, é importante lembrar que o *turismo sustentável* pressupõe que as atividades e serviços que forem planejados e executados devem sempre levar em conta as “dimensões da sustentabilidade”. No caso do Turismo Rural e, em particular, aquele realizado em Assentamentos, considera-se fundamental que a atividade agrícola desenvolvida pelos assentados seja mantida, pois ela mesma será um atrativo para o turista que pretenda conhecer os modos de produção ou vivenciar a realidade local. Além disso, visto que a sazonalidade é muitas vezes presente no âmbito da atividade turística, ela deve ser considerada como uma atividade complementar nos Assentamentos em que venha a ser comercializado.

Não se pode ignorar, também, os possíveis efeitos negativos do Turismo, como de outras atividades humanas, sobre uma comunidade ou localidade. É certo que sempre haverá o risco de descaracterização da cultura, da degradação do ambiente, do aumento da violência ou da inflação de preços, por exemplo, mas também é certo que esses impactos indesejados e indesejáveis podem ser contornados por meio de ações bem planejadas que envolvam tanto a população como os gestores públicos da localidade.

Tomadas essas medidas cautelares, o turismo pode ser forte estimulante e estimulador econômico, social e cultural, funcionando como agregador, como instrumento de inclusão e resultando em desenvolvimento efetivamente sustentável.

O Turismo em Assentamentos da Reforma Agrária

Levantamento das publicações existentes sobre o tema discutido neste artigo mostra que não existe no Brasil um programa de Turismo Rural para os Assentamentos. O que se

⁶ Prova disso é o recente projeto “Talentos do Brasil Rural”, uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, juntamente com o SEBRAE e com a agência de cooperação alemã GTZ, que valoriza o Turismo Rural e a Agricultura Familiar, preparando os empreendimentos para prestarem serviços aos turistas e ofertarem produtos diferenciados para hotéis, bares, restaurantes, lojas de artesanato, etc.

encontra são relatos de casos – mais ou menos bem sucedidos – de Assentamentos isolados que recebem visitantes e turistas. Nordani *et al.* (2005) relatam os casos de três Assentamentos no estado do Rio Grande do Sul: *30 de Maio*, em Charqueadas; *Capela*, em Nova Santa Rita e *Filhos de Sepé*, em Viamão. De acordo com os autores, o *30 de Maio* recebe grande número de visitantes (não informado no texto), mas “o turismo ainda não é considerado uma atividade estratégica” e que isso decorre das visitas não terem “periodicidade constante, impedindo a geração de divisas seguras para o assentamento”. Os autores concluem que “a atividade turística é incipiente e pouco sistematizada”. Vale ressaltar, no entanto, um comentário presente no artigo: Nordani e colegas afirmam que as visitas “terminam invariavelmente no mercado do assentamento, que proporciona a venda de produtos e com isso complementa a renda do assentamento”.

Já no caso do *Capela*, o estudo aponta dificuldades pelas quais vem passando o Assentamento e que terminam por prejudicar a oferta turística. Chama-se a atenção para uma estrutura mais apropriada para o excursionismo, ou seja, para visitas que duram menos de 24 horas e, portanto, sem pernoite (NORDANI *et al.*, 2005).

As observações feitas por esses autores no Assentamento *Filhos de Sepé* conduzem ao relato de que não há organização local suficiente para uma oferta turística de boa qualidade, apesar de receber “muitas visitas”.

Na região sudeste, em Minas Gerais, Marques e Santos (2009) discutem o caso do Assentamento Rio das Pedras, em Uberlândia. Os autores destacam o fato de problemas nos Assentamentos resultarem no decréscimo ou estagnação da qualidade de vida dos assentados, levando-os a abandonarem ou venderem seus lotes, retornando às cidades. A partir daí, os autores comentam a necessidade de alternativas que venham a promover desenvolvimento no local e que resultem no decréscimo da evasão do campo. Observam, então, que a implantação de atividades como o turismo são alternativas para as famílias assentadas. Constatou-se que as atividades econômicas desenvolvidas no Assentamento não garantem a “manutenção da qualidade de vida das famílias residentes nessa área” apesar de várias iniciativas (op. cit., p. 11). Além disso, as observações feitas *in loco* demonstraram que o Assentamento apresenta potencialidades para o turismo em vários de seus segmentos. Segundo os autores, “em cada um dos 87 lotes é possível verificar singularidades que, se trabalhadas, tornar-se-iam atrativos turísticos.” (id., p. 13). Interessante nesse trabalho é a observação de que além dos aspectos físicos e ambientais atrativos, devem ser consideradas, também, potencialidades intangíveis

como as festas do aniversário do Assentamento, do Divino Espírito Santo e as festas juninas de São João, Santo Antônio e São Pedro que, segundo os autores, já vêm atraindo os moradores da cidade de Uberlândia. Em suas considerações finais, chamam a atenção para a necessidade de capacitação dos assentados nos diversos assuntos e serviços do turismo, assim como do planejamento correto das atividades.

Cantalice, Martins e Cândido (2006) discutem a potencialidade do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento de Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano. Os autores identificaram oportunidades de exploração de várias modalidades de turismo no Assentamento Novo Mundo descrevendo a construção participativa do “pacote turístico” e do “*kit cariri*”: café de manhã e almoço regionais típicos, passeios de caiaque e canoa no açude, cavalgadas, passeio de carroça e caminhadas ecológicas.

Percebe-se, no entanto, que o cotidiano dos assentamentos e seus modos de produção não são considerados por esses autores como potenciais atrativos turísticos. Nos assentamentos da Reforma Agrária de Promissão e de Itapeva, ambos no estado de São Paulo, ao contrário, são justamente os fazeres do cotidiano que atraem o maior fluxo de visitação, através do intercâmbio de experiências técnicas e os cursos oferecidos.

No contexto dos assentamentos em São Paulo o que se verifica, antes da circula o de turistas provenientes das grandes cidades,   o “assentado-turista”, aquele pequeno agricultor que se desloca para os assentamentos a fim de apreender os processos e informa es que garantiram a “permanência” daquelas comunidades assentadas e as novas experiências que implementam, seja através da observa o de práticas, seja por meio dos cursos oferecidos nestes assentamentos. Vale ressaltar também a dimensão de inclusão que permeia essas experiências, na medida em que esse “assentado-turista” muitas vezes não tem acesso a outras modalidades de turismo. Ou seja, o deslocamento para conhecer as experiências de outros assentamentos permite incluir esse pequeno agricultor no grupo de pessoas que praticam o turismo.

Considera es Finais

A prática do turismo em assentamentos apresenta diversas possibilidades ao visitante: conhecer atrativos naturais e culturais, degustar a gastronomia típica, conhecer modos de produ o, além de praticar atividades como passeios de caiaque e canoa em a de, cavalgadas, passeio de carroça e caminhadas ecológicas, gerando renda e possibilitando a

preservação do meio natural. É preciso avaliar como fortalecer essas e outras iniciativas relacionadas aos assentamentos rurais da Reforma Agrária frente à dimensão histórica da expropriação, posto que tanto o meio ambiente quanto as alternativas de geração de renda provenientes do turismo parecem operar num segundo plano de interesses.

Destaca-se, ainda, a possibilidade de intercâmbio de experiências técnicas e os cursos promovidos que atraem visitantes oriundos de outros assentamentos. Trata-se aqui, portanto, de uma dupla significação em termos do desenvolvimento do turismo, do emissor ao receptor, e em termos de um público alvo bem definido. A prática de receber nos assentamentos de Promissão (nas casas de assentados) e em Itapeva (em alojamentos de uma escola agroecológica) permite aos assentados a vivência de serem turistas e anfitriões, uma experiência mútua que redefine a dimensão da hospitalidade que deve existir no turismo.

O exercício de tais funções ocorre segundo padrões de oferta e consumo que distanciam tal prática daquelas que se destinam aos habitantes/turistas que procuram o turismo rural com vistas ao lazer e recreação. Distancia-se também do ideal de busca pelo “exótico” da qual muitas vezes está imbuído o turismo, na medida em que visitantes e comunidade receptora compartilham de uma mesma realidade: os assentamentos. Em outras palavras, os pressupostos do contato entre eles se caracterizam muito mais pela semelhança que pela diferença.

Cabe, entretanto, a reflexão: quais das duas práticas possuiria maior sentido ao pequeno produtor assentado? Ou será que essa experiência seria facilitadora para a criação de um outro fluxo gerador de renda para os assentamentos e de intercâmbio cultural, no sentido da visita da sua experiência por parte de turistas não assentados?

As experiências apresentadas, nos assentamentos de Promissão e Itapeva, conferem se elas ficaram evidenciadas/clara no texto que antecede demonstram que é possível se construir as bases para um turismo rural diferenciado e que permita uma vivência mais próxima da realidade dos assentados da Reforma Agrária, capaz de estar integrado à dimensão existencial do permanente conflito no campo, mas que, igualmente, possibilite a construção do conhecimento sobre as múltiplas potencialidades que a prática do turismo permite, tanto em termos das trocas de conhecimento/informação quanto da preservação ecológica e geração de renda complementar à sua realidade, e até mesmo do próprio acesso e inclusão das camadas mais pobres da população para praticar o turismo.

Referências

BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira; CARMO, Maristela Simões do. Reforma agrária dá certo? In **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária**: nº 1, vol 21, janeiro/abril, 1991.

BRASIL – **Revista Panorama do Turismo Rural e Agricultura Familiar**. Disponível em: <www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Panorama_do_Turismo_Rural_na_Agricultura_Familiar.pdf>.

BRASIL – **Caminhos do Brasil: Agricultura Familiar, Turismo e Produtos Associados**. Disponível em: <www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html>.

CANTALICE, L.R., MARTINS, M.F. E CÂNDIDO, G.A. **Turismo e desenvolvimento sustentável nos assentamentos da reforma agrária do cariri paraibano**. XXVI ENEGEP, Fortaleza/CE, 2006. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_7182.pdf>.

CARTA MAIOR. **El Foro Mundial sobre la Refoma Agraria Valencia 2004**. Valencia-Espanha: RR Donnelley Moore, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARQUES, L.M. e SANTOS, R.J. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico em áreas de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia** – MG. Caderno Virtual do Turismo, vol. 9, no. 1, 2009. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=409>.

NORDARI, D.E. *et al.* **Turismo no Espaço Rural Brasileiro: Novas Alternativas para os Assentamentos da Reforma Agrária**. EXTENSIO – Revista Eletrônica de Extensão no. 3, 2005. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/viewFile/5510/4969>.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.18, n. 51, 2001.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura Familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. Campinas: Dissertação de mestrado [Faculdade de Engenharia Agrícola - Unicamp] 2002.

ZAOUAL (2008), Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** Caderno Virtual de Turismo. Vol. 8, N° 2, 2008. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=415&layout=abstract>.